

EDUCAÇÃO SEXUAL NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: uma reflexão sobre a formação do professor

Sexual education in the initial series of the fundamental teaching: a reflection on teacher training

*Ricardo Desidério da Silva⁷
Carine Nayara Severiano Almeida⁸*

Introdução

Nas primeiras décadas do século XX, algumas instituições, tanto públicas quanto privadas, tomaram a iniciativa de anexar alguns conteúdos específicos abordando a temática da sexualidade, porém sem obter grande sucesso. Entretanto, em meados da década de setenta, após movimentos que influenciaram no comportamento da época, ressurgiu o interesse pela Educação Sexual⁹, mas ligados a projetos de cunho de saúde pública. Assim, quando presentes em escolas, essas discussões ocorriam por meio de palestras realizadas por profissionais da área da saúde, ou seja, não eram realizadas pelos educadores.

Já no fim dos anos noventa, a Educação Sexual é incorporada ao ensino fundamental, não especificamente como uma disciplina, e sim como um dos temas transversais que compunham os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), documento elaborado pelo Ministério de Educação (MEC). No caso da temática da sexualidade, o caderno recebeu o nome de “Orientação Sexual”. Silva (2015, p.20) afirma que “o próprio documento não deixa claro e nem justifica a opção ao termo “orientação” adotado”, uma vez que, conforme já mencionado adotaremos a expressão Educação Sexual.

A transversalidade, como meio de abordar de modo interdisciplinar tais conhecimentos relacionados ao cotidiano dos educandos, pautou-se em um conhecimento direcionado e contextualizado, buscando a formação integral do aluno.

Inicialmente a Educação Sexual tinha por objetivo apenas o aspecto biológico, ou seja, conhecer o próprio corpo, suas funções, higiene e também o controle do índice de gravidez na

⁷Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, Campus de Apucarana-PR. Coordenador do NERG-Núcleo de Educação para Relações de Gênero e GEFES-Grupo de Estudo e Formação de Educadores Sexuais da. Pesquisador no Grupo de Pesquisa SexualidadeVida/USP-CNPq. ricardo.silva@unespar.edu.br.

⁸ GEFES-Grupo de Estudo e Formação de Educadores Sexuais/UNESPAR, Campus de Apucarana. carine_nsalmeida@hotmail.com

⁹ Nesta pesquisa, além de adotarmos o uso da terminologia Educação Sexual, considerando-o que seja o mais adequado, a terminologia será utilizada com as iniciais maiúsculas, pois conforme nos apontou Silva (2015), a mesma refere-se a um campo da Ciência.

adolescência e a disseminação de doenças sexualmente transmissíveis. Ao professor, cabia adequar seus conhecimentos sobre sexualidade à faixa etária de seus alunos, pois os mesmos não recebiam (e ainda não recebem) formação adequada para tratar tais questões. Isso fazia com que muitos, apenas ligassem a sexualidade aos conteúdos das aulas de ciências, de forma muito breve e superficial, conforme tem nos apontado algumas pesquisas (RIBEIRO, SOUZA, 2003; SILVA, 2015).

A sexualidade, inerente ao ser humano, cujas manifestações estão presentes na escola, implica mudança de comportamento por parte dos professores, onde os mesmos devem buscar alternativas de atualizarem-se e tornarem-se aptos na mediação deste conhecimento e, infelizmente, há uma carência na formação desses profissionais. Frente a esse cenário, percebe-se, que o ensino de Educação Sexual nas escolas é tratado, na maioria das vezes, como algo genérico, centrado na sexualidade como forma de expressar diferenças biológicas entre homens e mulheres.

A Educação Sexual na escola

A Educação Sexual na escola “sempre foi objeto de polêmica em nossa tradição educacional. A escola brasileira, pública e privada, sempre manteve esse tema distante de seus procedimentos curriculares e responsabilidades institucionais” (NUNES; SILVA, 2006, p.13).

Segundo os autores, a Educação Sexual brasileira, passou por variados modelos, porém a maioria deles centravam o enfoque no aparelho reprodutor e suas funcionalidades. A ação sexual era considerada um mero ato de reprodução, e dava-se ênfase as doenças infecciosas e os seus modos de prevenção.

Contudo, no início de 1980, período marcado pelo grande avanço tecnológico, descobertas e feitos médicos, nota-se a necessidade de transformações na área da Educação Sexual na escola, impulsionada pelas mudanças sociais que ocorriam no cenário internacional e também acabavam por influenciar a sociedade brasileira, remodelaram-se alguns conceitos acerca da temática, porém ainda de modo lento e cauteloso. A partir desse momento, começa a considerar-se o prazer, como algo indissociável de sexo e sexualidade. O que gera grande espanto para a parte conservadora da sociedade (NUNES; SILVA, 2006).

Os autores ainda afirmam que “a defesa dos direitos homossexuais; críticas ao casamento tradicional, denúncias de violência a mulher; e ainda a vitória do discurso de igualdade e liberdade de condições femininas” (NUNES; SILVA, 2006, p.16) passa a ter destaque nas discussões. Entretanto, frente a esse novo contexto, surge um novo modelo de

Educação Sexual, estabelecido como consumista quantitativo, onde a sexualidade passa a ser tratada como um produto.

Enfim, o que antes tinha um caráter revolucionário, foi reduzido a uma vantagem, uma simples questão de satisfação pessoal, perdendo todo o equilíbrio que vinha sendo buscado para a transposição de comportamentos e valores sociais, influenciando novamente a prática de ensino nas escolas. O que antes estava sendo reprimindo, agora passa a ser uma mercadoria, consumindo-se produtos e pessoas.

Quanto à inserção da Educação Sexual nos currículos escolares do Brasil, pode-se assegurar que ela inicia-se no Rio de Janeiro e duas décadas mais tarde, adentram os colégios de São Paulo, porém isso não significa que esse acontecimento tenha ocorrido de modo tranquilo e sem grandes resistências. Entretanto devido a questões políticas o assunto era constantemente inserido e suprimido dos currículos de forma degradante.

Entre os anos de 1978 e 1980, novamente ressurgiu o interesse nas escolas públicas em São Paulo, onde são realizados congressos de Educação Sexual que despertam grande fascínio no meio educacional, contudo são interrompidos devido às problemáticas conjunturas de trabalho. Ainda segundo Sayão (1997), mudanças ocorreram a despeito do tratamento da temática, quando então Paulo Freire toma à frente a Secretária de Educação, pois as escolas cederam espaço para discussões sobre sexualidade e até mesmo implementação de programas direcionados ao tema. Porém o grande diferencial foi “a cuidadosa formação de professores, que passavam por curso inicial e acompanhamento continuado em supervisão semanal, formação esta sob a responsabilidade do Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual/GTPOS¹⁰” (SAYÃO, 1997, p.111).

Já em 1995, o MEC, inicia a construção “Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental”, vinculando a orientação sexual como tema transversal a ser incorporado nas disciplinas do currículo comum.

Segundo Desidério (2010, p.42) “a Educação Sexual, contemplada nos PCN enquanto tema transversal vislumbra a sexualidade como assunto importante e contínuo, que deve ser exposto, esclarecido, questionado socializado e contextualizado social e culturalmente”.

Silva (2015) aponta que de acordo com o PCN a Educação Sexual

¹⁰ GTPOS é uma equipe, composta por psicólogos e pedagogos, que se dedica, desde 1987, à formação de profissionais para o trabalho com orientação sexual nas áreas de educação e saúde. Seguindo essa proposta, na década de 90, outros municípios começaram a desenvolver a orientação sexual nas escolas, como Porto Alegre, Florianópolis, Recife, Campo Grande, Goiana, Belo Horizonte e Santos. (SAYÃO, 1997b, p. 111)

[...] deve ser compreendida como um processo de intervenção pedagógica que possibilitará reflexões e problematizará questões ligadas à sexualidade, abrangendo posturas, crenças, tabus e valores, possibilitando, assim, discussões de vários pontos de vista, sem impor determinados valores sobre outros (SILVA, 2015b, p.20).

Deste modo, Desidério (2010, p.41) aponta que “ao propor uma educação Sexual, é importante entender que a sexualidade é uma dimensão exclusivamente humana e, portanto, deve ser abordada com a mesma importância de outros aspectos da vida tanto individual como sociais”.

Quanto ao termo utilizado no PCN, “Orientação Sexual”, vários autores discordam do mesmo, alegando dúbia interpretação e preferem a expressão Educação Sexual: Figueiró (1995, 1999, 2001, 2006, 2007); Nunes (1996, 2005), Silva (2009, 2015) e Werebe (1998).

Werebe (1998 p. 45) acredita que a expressão “Orientação Sexual”, presta-se a ambiguidades, podendo ser interpretada como a orientação que a pessoa imprime à sua sexualidade: heterossexual, homossexual ou bissexual. O autor ainda ressalta que a expressão já é reconhecida e utilizada em quase todos os países.

Figueiró (1995, p. 59), defende o emprego do termo Educação Sexual, por “considerá-lo mais adequado, uma vez que, entre outros motivos, diferentemente de outros termos, implica que o educando seja considerado sujeito ativo no processo de aprendizagem e não mero receptor de conhecimentos informações e/ou orientações”.

Para Silva (2015), a Educação Sexual na escola é hoje uma necessidade a ser efetivada e para o autor, ela é

[...] toda ação contínua, em um processo de interação humana pelo qual, inserido em uma cultura, uma história e uma política, nos leva a pensar na construção de um sujeito ativo frente às informações, aos desejos, às necessidades básicas sobre seu corpo, seu funcionamento e organização. Assim, tal sujeito pode dialogar, ter voz ativa e poder expressar suas opiniões, respeitando as opiniões do outro e significativamente percebendo a sexualidade como algo positivo em sua vida, sem medos, tabus e/ou receios em poder/querer aprender sobre tudo que se passa a sua volta durante toda sua vida. (SILVA, 2015b, p. 20).

Desidério (2010, p.45) afirma que a “educação sexual envolve, por meio de um processo ensino-aprendizagem, discussões e reflexões sobre sentimentos, valores, emoções, atitudes e crenças, procurando manter a valorização do corpo e a autoestima para uma vida saudável”. O que reforça a tese de que o ensino de Educação Sexual deve ultrapassar as barreiras do aspecto biológico e considerar todos os aspectos humanos, visando à formação integral do indivíduo.

Figueiró (1995) identifica variadas abordagens de Educação Sexual: religiosa, médica, pedagógica e política ou emancipatória. Entretanto daremos enfoque a abordagem emancipatória, que embora acredite na vivência saudável da sexualidade observa na Educação Sexual, “um compromisso com a transformação social, evidenciando as questões que envolvem as relações de poder, a aceitação das diferenças e o respeito pelas minorias, temas levado para as discussões”. (FIGUEIRÓ, 1995, p. 42)

De acordo com Nunes e Silva (2006) a abordagem emancipatória deve ser entendida como “compreensão plena, integral, histórica, ética, estética e psicossocialmente significativa e consciente das potencialidades sexuais humanas e sua vivência subjetiva e socialmente responsável e realizadora” (p.17). Enfim, “trata-se da qualificação ontológica da sexualidade humana e sua construção ético-social”, onde a escola deve preparar o indivíduo tanto para o mercado de trabalho quanto para o entendimento da sua própria sexualidade.

Desidério (2010) em seu livro “Quando a conversa sobre sexo chega à escola: concepções, contradições e perspectivas de professores e seus alunos”, propõe que,

[...] o trabalho de Educação Sexual na escola seja adequado a um planejamento e às ações pedagógicas efetivas, o que poderá possibilitar um espaço no currículo escolar, que é de fundamental importância, pois foi observado que muitas escolas acreditam desenvolver uma educação sexual pelo simples fato de que algumas palestras são feitas de forma isolada, ou em semanas pedagógicas de atividades voltada para essa finalidade. A contrapartida para esta proposta envolve estudo e uma preparação contínua dos educadores com a participação de todos os profissionais afinal, todos somos *educadores sexuais* (DESIDÉRIO, 2010, p. 109).

Enfim, uma Educação Sexual emancipatória então, visa uma reeducação da sexualidade buscando igualdades significativamente democráticas, a superação do sexismo e do preconceito, a autonomia e igualdade de direitos e uma vivência plena em todos os setores da vida humana, ou seja, uma emancipação pessoal. Destarte, que para uma verdadeira educação sexual é preciso uma “reeducação da própria sexualidade”, tendo em vista que não existe uma educação sexual “pronta e acabada” (NUNES; SILVA, 2006).

A Educação Sexual e a formação do professor

Compreendendo que todos nós encontramos-nos inseridos por meio dos nossos corpos sexuados em um mundo que é “uma construção sociopolítica, histórica e cultural de pessoas dialeticamente vistas como seres únicos e parte da sociedade ao mesmo tempo, produtores e produzidos nas e pelas relações sociais”. É de extrema importância que a escola foque em

trabalho que almeje a “abordagem de educação sexual emancipatória, procurando a reconstrução consciente e participativa de um saber amplo e universal sobre a dimensão humana da sexualidade” (CARVALHO, 2016, p. 49).

A perspectiva de educação sexual emancipatória implica o direito de acesso à informações e conhecimentos científicos relativos à sexualidade e à saúde sexual, no debate sobre o tema em busca da liberdade, do respeito e da igualdade entre as pessoas, reconhecendo e valorizando a diversidade inerente aos seres humanos (PEREIRA et. al., 2016 p. 100).

E para que o ensino de Educação Sexual ocorra nessa perspectiva, faz-se necessário ao professor estudar e manter-se informado sobre a devida temática, para que assim possa abordar o assunto de maneira coerente, contínua e sistematizada, não apenas de modo transversal, bem como, que o profissional abstenha-se de pré-conceitos, visando o ensino de educação sexual em sua totalidade.

Pereira et. al. (2016), destaca a necessidade de uma formação adequada aos professores para que o ensino de educação sexual ocorra de forma coerente. “Sendo assim, é premente a formação docente voltada a uma transformação social que contribua para o questionamento dos padrões, modelos, normas, mitos e tabus relacionados à sexualidade, originados na abordagem repressora dessa dimensão humana” (PEREIRA et. al., 2016 p. 111).

Figueiró (2010, p.119) assevera que “a necessidade de transformação social, cultural, econômica e política da sociedade constitui-se na premissa fundamental a partir da qual emergiu, e com a qual está comprometida a *Abordagem Emancipatória da Educação Sexual*”. (grifos da autora).

Segundo Guiraldo (1997, p.25) “a sexualidade é como um fantasma que ronda as cercanias e os interiores da escola e da sala de aula.” É um tema que provoca inquietações tanto no corpo docente quanto nos alunos, que movidos pela curiosidade, muitas vezes fazem indagações que o professor não está preparado emocionalmente para responder.

Esse por sua vez, não se sente a vontade para tratar de tais assuntos, por vários motivos, entre os quais podemos elencar a falta de formação específica; a falta de sensibilidade para iniciar os trabalhos de educação sexual com crianças; e ainda, a crença em que tal ensinamento é uma obrigação dos pais e da família.

É inegável a influência que os professores podem ocasionar na vida dos seus educandos e as mais diferentes perspectivas de visão da realidade que eles podem

proporcionar. Essa afirmação gera grande preocupação quanto à formação profissional na área da sexualidade, pois não existe nada específico sobre educação sexual contidas nas matrizes curriculares do curso de licenciatura em pedagogia, esse ressaltado por ter um caráter intrinsecamente ligado à docência e ser a área de formação mais procurada por professores dos anos iniciais.

Isto é, a formação nessa área é caracterizada por uma grande lacuna. Onde o educador ao abordar esse tema em sua sala de aula, precisa procurar se atualizar e instruir-se por caminhos alternativos. Em casos mais críticos, onde há resistência do profissional em adequar-se as temáticas, este, utiliza-se de seus próprios conhecimentos e julgamentos de valor para lecionar sobre tal componente curricular, descaracterizando a essencialidade do tema e deixando de assegurar a cientificidade e seriedade com o que o assunto tem de ser tratado.

Enfim, o ensino de Educação Sexual, transparece ocorrer de modo superficial e descontextualizado. E para mudar esse cenário nas escolas de anos iniciais do ensino fundamental é essencial investir na formação dos professores e na sua capacitação contínua de modo a assegurar e respaldar o ensino de forma consciente, crítica e igualitária.

Sendo a Educação Sexual na atual conjuntura, julgada por muitos professores “um desafio”, que necessita mais do que apenas conhecimentos, mas também um compromisso com a reflexão e uma atuação que analise os mais diversos aspectos que contemplam o indivíduo enquanto sujeito ativo no processo de construção do conhecimento, Desidério (2010) aponta algumas dificuldades relacionadas à abordagem da temática sexualidade nas salas de aula, como a urgência de uma Educação Sexual constante, integral e integrada; ausência de incentivo dos superiores; negligência de algumas escolas quanto ao assunto; bloqueio e resistência dos professores para tratar o tema, bem como a própria rejeição dos pais em aceitar esse ensino nas escolas.

Louro (1998, p.46) faz uma importante consideração, ao afirmar que “as práticas escolares e os currículos não são meros transmissores de representações sociais que estão circulando em algum lugar, “lá fora”; elas são instâncias que carregam e produzem representações”. Deste modo é imprescindível que os professores se atentem à suas posturas ante o contexto da sexualidade.

Todavia, a ausência de discussão e o silenciamento dos professores quanto a dúvidas e indagações reforçam a tese de que a falta e necessidade de formação dos mesmos para atuar na área da Educação Sexual, como apontam algumas pesquisas (Figueiró, 1995; 2014; Leão, 2009; Ribeiro, 2003; Desidério, 2010; 2014; Maia, Ribeiro, 2011; Silva, 2015), contribuem

para o distanciamento de uma educação emancipatória, visando a formação integral do indivíduo.

Vale ressaltar que, entre as dificuldades abordadas pelos professores, “a maioria aponta a ausência de fundamentos científicos na análise desses comportamentos”, ou seja, as manifestações de sexualidade, tendo por base “os elementos mais conservadores e tradicionais de uma cultura repressiva e negativista do sexo e suas dimensões, reforçada pela família, pela religião e pela própria escola (NUNES; SILVA, 2006, p. 74)”.

Os autores ainda asseguram que,

[...] todas essas dificuldades redundam na omissão e no abandono de uma reflexão sobre sexualidade de maneira humana, crítica, histórica e científica [...] Entendemos que a política de formação de professores em nosso país, centrada na determinação de produzir técnicos e legiões de trabalhadores alienados, busca subtrair dos professores a capacidade de uma cultura global que dê conta de uma interpretação científica da realidade [...] (NUNES e SILVA, 2006, p.75)

Muitos ainda alegam o próprio bloqueio pessoal na compreensão da sexualidade humana “reclamando da falta de conteúdos e dos resquícios de uma educação repressora que acaba dificultando o esclarecimento das questões e situações que envolvem o sexo”. (SILVA; NUNES, p. 75).

Para tanto, é necessário que o educador tenha conhecimentos prévios e fundamentados teoricamente sobre a temática.

Acredita-se, assim, que nessa busca por elementos e significações, faz-se necessária e urgente a formação continuada entre os professores e todos que são/estão envolvidos na escola em um processo de Educação Sexual. Essa formação, uma vez não ocorrida na formação inicial do professor, é possível por meio de especializações na área ou até mesmo através de grupo de estudos sobre sexualidade e Educação Sexual (SILVA, 2015, p. 39).

Mas como preencher essa lacuna deixada na formação dos professores quanto aos conhecimentos referentes à sexualidade e a educação sexual?

Figueiró (2006) apoia-se no pressuposto de que todos somos Educadores Sexuais, pois a partir do momento que nos encontramos em constante convívio com crianças, adolescentes e jovens, aperfeiçoamos discursos e influenciados na construção de valores e conceitos por parte destes. Outrossim, Werebe (1998) afirma que independente da disciplina exercida pelo professor, este implementa práticas, intencionais ou não, que se referem a Educação Sexual e

influenciam seus alunos, sejam elas retratadas tanto nas formas do professor falar, agir, expressar-se e até mesmo de acordo com suas vestimentas e posturas.

Sendo este assunto algo que extrapola a dimensão biológica, as abordagens nas instituições escolares necessitam ser permeadas por reflexões tanto coletivas quanto individuais, para que desse modo o educando possa se reconhecer na sua própria sexualidade, de modo consciente estabelecendo práticas saudáveis que visem um exercício pleno e responsável da mesma (FIGUEIRÓ, 2006).

Considerações finais

Conforme assevera Desidério (2010, p. 39-40).

[...] uma proposta de Educação Sexual é toda a ação que envolve uma aprendizagem sobre sexualidade humana, que esteja inserida em um contexto histórico-cultural e que permita a busca por sentimentos, valores, emoções e atitudes frente à vida sexual.

Esta só será possível no momento em que a sociedade e principalmente os profissionais da educação deem-se conta da relevância que o assunto manifesta dentro do atual contexto, onde infelizmente a sexualidade vem sendo tratada por muitos, por um lado como um produto das relações, sem a devida preocupação com todos os fatores que a cercam e de outro como algo feio e vergonhoso, que deve ser reprimido e controlado.

Também se faz necessário, o próprio professor conhecer sua sexualidade e estar convivendo de maneira harmoniosa com suas manifestações sexuais, pois, só assim conseguirá trabalhar, sem restrições e repressões à temática e não permeará sua prática de rotulações e ideias que contradizem ao conhecimento científico. O professor não pode somente abordar os aspectos físicos e biológicos por ter medo de enfrentar as perguntas polêmicas que são frequentemente atreladas ao tema.

Para tanto, mais do que apenas a boa vontade do professor em abordar o tema, ou procurar sozinho caminhos que possibilitem sua prática docente, é preciso e em caráter emergencial, que propostas de capacitação sejam efetuadas, uma formação continuada seja oferecida a esses profissionais e mais ainda, que a Educação Sexual seja inserida nos currículos dos cursos de licenciatura, para que desde sua formação inicial estejam aptos a discorrer sobre as temáticas de gênero e sexualidade.

Assim sendo, acreditamos que ela deva ocorrer respeitando as seguintes dimensões, como certifica Silva (2015): técnica, estética, política e ética. Para o autor, a técnica, refere-se à formação específica na área que forneça embasamento teórico aos professores, assim,

tornando-os verdadeiros educadores sexuais. A estética, quanto à ressignificação da sexualidade sob uma visão exitosa de sua vivência de modo saudável, “à sensibilidade e a beleza da sexualidade, não mais como algo feio, sujo e vulgar” (SILVA, 2015, p.128). A política, ou seja, uma efetiva luta por uma Educação Sexual verdadeiramente emancipatória e ética, baseada no “por quê” e “para quê” discutir tais temáticas e mais ainda, uma revisão das práticas e diálogos acerca de sexualidade, Educação Sexual, diversidade e igualdade de gênero.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. Brasília, 1997.
- CARVALHO, G. M. D. Educação Sexual: diálogos com adolescentes e com a mídia televisiva. In: BRUNS, M. A. T. ; MELO, S. M. M. (orgs.). **Desafios da Educação Sexual: interfaces pertinentes com a comunicação e tecnologia**. Curitiba: Crv, 2016.
- DESIDÉRIO, R. **Quando a conversa sobre sexo chega à escola: concepções, contradições e perspectivas de professores e seus alunos**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. Autoerotismo: orientação para educadores. **Folha de Londrina**, Londrina, Cidades, Sexo & Comportamento, 31 de jul., 2008.
- _____. **Educação Sexual No Brasil: Estado da arte de 1980 a 1993**. Dissertação de mestrado em Psicologia Escolar. São Paulo: USP, 1995.
- _____. **Educação Sexual: retomando uma proposta um desafio**. Londrina: Ed. UEL, 2010
- _____. **Formação De Educadores Sexuais: adiar não é mais possível**. Campinas, SP: Mercado de Letras, Londrina, PR: Edual 2006.
- FOUCAULT, M. **A história da sexualidade I: A vontade de saber**. 13ª edição, Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- GUIRALDO, M. Sexualidade, isto é, intimidade: redefinindo limites e alcances para a escola. In: AQUINO, Julio Groppa. (Org.). **Sexualidade na Escola: Alternativas Teóricas E Práticas**. 5ª edição, São Paulo: Summus Editorial, 1997.
- LEÃO, A. M. C. **Estudo analítico-descritivo do curso de Pedagogia da UNESP de Araraquara quanto à inserção das temáticas de sexualidade e orientação sexual na formação de seus alunos**. 2009. 343f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2009
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 6ª edição, Petrópolis - RJ: Vozes, 1997.

_____. Educação e Gênero: a escola e a produção do feminino e masculino. In: SILVA, L. H. ; AZEVEDO, J. C. (orgs.). **Reestruturação Curricular**: teoria e prática no cotidiano da escola. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. .. O currículo e as diferenças sexuais de gênero. In: COSTA, M. V. **O currículo nos limiares do contemporâneo**. 4. ed. Rio de Janeiro :DP&A, 2005.

MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. Educação Sexual: princípios para a ação. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v.15, n.º1, p.75-84, 2011.

MELO, S. M. M. **Desafios da Educação Sexual**: interfaces pertinentes com a comunicação e tecnologia. Curitiba: Crv, 2016.

NUNES, C. **Filosofia, sexualidade e educação**: as relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre educação sexual escolar. Tese de doutorado em educação. Campinas: Unicamp, 1996.

_____. **Desvendando a sexualidade**. 7ª.ed. campinas: Papyrus, 2005.

NUNES, C. ; SILVA, E. **A Educação Sexual da criança**:subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

PEREIRA, G. R. **A formação de professores em Educação Sexual**: comparação das realidades portuguesa e brasileira. Relatório de Pós-doutorado em Educação, Universidade de Aveiro, Universidade do Estado de Santa Catarina e Universidade Federal do Rio de Janeiro, Financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2010.

PEREIRA, G. R. et al. Educação Sexual sem Fronteiras: uma experiência de formação docente on-line no ensino superior. In: BRUNS, M. A. T. ; MELO, S. M. M. (orgs.). **Desafios da Educação Sexual**: interfaces pertinentes com a comunicação e tecnologia. Curitiba: Crv, 2016.

RIBEIRO, P. R. C. ; SOUZA, D. O. Falando com professores das séries iniciais do ensino fundamental sobre sexualidade na sala de aula: a presença do discurso biológico. **Ênseñanza de las Ciências**, v. 21, n. 1, p. 67-75, 2003.

SAYÃO, Y. Orientação Sexual Na Escola: Os Territórios Possíveis E Necessários. In: AQUINO, J. G. (org.). **Sexualidade Na Escola**: Alternativas Teóricas E Práticas. 5ª ed. São Paulo: Summus Editorial, 1997.

SILVA, R. D. **Educação audiovisual da sexualidade**: olhares a partir do Kit AntiHomofobia. 2015, 144 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara-SP, 2015.

Resumo

A Educação Sexual no Brasil passou por muitos momentos contraditórios, principalmente no que se refere a sua inserção nas instituições escolares. Discussões em torno do que seria abordado e a quem caberia esses ensinamentos (família, igreja ou escola) sempre estiveram presentes na sociedade brasileira. Iniciativas, buscando introduzir conteúdos específicos nos currículos apenas se concretizaram no fim dos anos noventa, quando o tema, ainda de forma transversal, denominado Orientação Sexual, foi incorporado ao ensino fundamental, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Assim, o presente artigo busca refletir sobre a Educação Sexual brasileira, identificando os possíveis problemas para sua efetivação, reforçando assim sua necessidade no que se refere a formação de educadores sexuais, para assegurar a qualidade do ensino em uma abordagem emancipatória, principalmente nas séries iniciais do ensino fundamental. Por meio da pesquisa bibliográfica, analisaram-se obras de diversos autores que discorrem sobre questões relativas a essa temática. Desse modo, foi possível compreender os avanços e retrocessos protagonizados pela Educação Sexual no Brasil, os principais problemas elencados pelos professores para ministrarem as aulas, como ainda meios de superação da reprodução de práticas que inviabilizem uma tomada de consciência, buscando uma Educação Sexual efetiva, comprometida com uma formação integral, segura e responsável, assegurando uma vivência plena da sexualidade.

Palavras-chave: Educação Sexual, Formação de Professores, Sexualidade.

Abstract

Sexual Education in Brazil has experienced many contradictory moments, mainly especially with regard to their inclusion in school institutions. Discussions around what would be addressed and who would fit these teachings (family, church or school) were always present in Brazilian society. Initiatives, aimed at introducing specific contents in curricula, only materialized at the end of the 90's, when it is a cross-sectional topic called Sexual Orientation. It was incorporated into elementary education through National Curriculum Parameters (PCN). Thus, this article seeks a reflection on Brazilian Sexual Education, identifying the problems for its effectiveness, thus reinforcing its need, not knowing a training of sexual educators, for the quality of education in an emancipatory approach, especially in the initial series of education Fundamental. Through bibliographical research, analyze works by several authors and question related issues. In this way, it was possible to understand the advances and setbacks of sexual education in Brazil, the main problems listed by teachers to teach classes, as well as ways of overcoming the reproduction of practices that make unfeasible awareness, seeking an effective Sexual Education, committed to an integral, safe and responsible formation, ensuring a full experience of sexuality.

Keywords: Sexual Education, Teacher Training, Sexuality.